Dimensões fiscais do desenvolvimento urbano brasileiro: Reflexões em torno do Orçamento Geral da União

Política Habitacional - Ontem, Hoje e Amanhã (ST-01)

Giusepe Filocomo

Orientadora: Luciana de Oliveira Royer

Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – Mestrado.

Ano de início: 2018

QUESTÃO CENTRAL DA PESQUISA

Defendemos que, para avançar no debate sobre as cidades, precisamos também entender os significados em torno das finanças públicas brasileiras.

OBJETIVO

O objetivo principal é debater os significados e identificar os principais mecanismos de financiamento do desenvolvimento urbano via recursos federais não-onerosos, com atenção aos entraves e constrangimentos ao gasto público, tal como as tendências e implicações de nosso regime fiscal sobre as cidades brasileiras.

METODOLOGIA

É necessário vincular-nos ao debate sobre organização territorial do poder, federalismo fiscal, capacidades administrativas e institucionais, gasto público, processo orçamentário e política fiscal, processo decisório e governança urbana, e desenvolvimento urbano. Principalmente nacional, mas também internacional. O marco teórico remonta aos estudos urbanos e regionais, e a avaliações dos campos da ciência política, ciências econômicas e administração pública. Também nos apoiamos em estudo exploratório de dados orçamentários, em especial a execução de Orçamento Geral da União entre 2000 e 2016.

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: IRCyKOpUMi5Z

PRINCIPAL BIBLIOGRAFIA

1. ARRETCHE, Marta. *Trajetórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos*. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2015. v. 1. 489p, Introdução.
2. ATKINSON, A. B.; BRANDOLINI, A. *Unveiling the Ethics behind Inequality Measurement: Dalton's Contribution to Economics*. Econ J, 125: 209-234. 2015. doi:10.1111/ecoj.12225.
3. BOLAFFI, Gabriel. *Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema*. In: Ensaios de Opinião. vol. 2/1, 1975, p. 73, 83.
4. BOYER, Robert. *Teoria da Regulação: os fundamentos*. Editora Estação Liberdade, São Paulo, 2009.
5. LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro (Org.). *Caminhos da política fiscal do Brasil*. Editora Unesp, São Paulo, 2013.
6. OLIVEIRA, Francisco de. *O Estado e o urbano no Brasil*. In: Revista Espaço & Debates, n. 6, 1982.
7. PAULANI, Leda Maria. *A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história*. Boletim de Economia e Política Internacional, v. 10, p. 89-102, 2012.
8. POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.
9. PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. Cap. 1.
10. SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

DIÁLOGO COM O TEMA DA OFICINA

As instituições remontam à trajetória social experimentada pelos diferentes regimes econômicos. E esta trajetória é também política. Sobre isso, a sociedade brasileira demonstrou importante consciência social. Nossas estruturas e agentes garantiram a ampliação do acesso a serviços e infraestruturas urbanas no país, possível apenas por meio do gasto público. Ainda, essas mesmas instituições são condição e são condicionadas pela produção mercantil da casa e da cidade no Brasil, corroborando a reprodução de precariedades e desigualdades. Assim, a intersecção instituições-cidades materializa contradições.

A partir disso, nos parece suficiente a redução das precariedades nas cidades brasileiras? Ou a igualdade de condições no acesso à moradia, infraestrutura e serviços urbanos é a única meta possível? Sobre quais *utopia* e *transformações* estamos falando?

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z**

DIÁLOGO COM PROBLEMÁTICAS REGIONAIS E COM A DISCUSSÃO NACIONAL E/OU INTERNACIONAL

A literatura debate o papel das instituições na manutenção de regimes econômicos. Mas o significado do Estado e da ação do setor público encontra-se em disputa. Nossas instituições contribuem à reprodução de precariedades e desigualdades *a partir* e *nas* cidades brasileiras, ao mesmo tempo em que contribuíram à diminuição de precariedades *das* cidades brasileiras.

Dada a atual conjuntura econômica e política, qual parece ser a estratégia e enfoque discursivo mais relevante ao debate público nacional, e a partir da academia? Quais matizes ganham força no debate sobre desigualdades e precariedades urbanas e habitacionais?

PRINCIPAIS IMPASSES E DIFICULDADES

Os estudos urbanos abordam fenômenos sociais de alta complexidade, multifacetados. E podemos olhar esses fenômenos a partir de diferentes perspectivas. Para a pergunta: *Qual o papel do fundo público nas cidades brasileiras?,* não existe uma única resposta possível. E nossa reflexão, que se preocupa também com a exatidão de avaliações, se depara assim com desafios práticos e teóricos.

Isso porque, uma vez demonstrada a contradição das instituições e finanças públicas, e sua importância à produção das cidades, abordamos o tema enquanto chave à compreensão de relações e processos sociais. Acreditamos que o estudo dialético a partir do Estado e suas instituições contribui para a compreensão das precariedades, desigualdades, e a própria produção do urbano.

Contudo, na academia organizada por setores, que se orienta pela literatura harmonizada, que é pautada pela demonstração de fatos, e construção de correlações, o contraditório parece perder espaço. Assim, perguntamos: Parece possível arriscar na intersecção entre diferentes teorias, desde que não percamos de vista nossa motivação central: a condição social *nas* e *das* cidades? Como enfrentar os impasses discursivos, metodológicos, e também ideológicos, intrínsecos à compreensão de complexos fenômenos sociais?

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z**